

Portugal, a Crise Económica e as duas Macro regiões¹

Teresa Sá Marques¹, Hélder Santos², Diogo Ribeiro³, Catarina Maia⁴, Paula Ribeiro⁵

¹ Departamento de Geografia, Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Via Panorâmica, s/n, 4150-564, Porto.

² Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Via Panorâmica, s/n, 4150-564, Porto.

³ Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Via Panorâmica, s/n, 4150-564, Porto.

⁴ Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Via Panorâmica, s/n, 4150-564, Porto.

⁵ Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Via Panorâmica, s/n, 4150-564, Porto.

teresasamarques@gmail.com, hfcs75@hotmail.com, mrcotgeo@gmail.com, catarina.maia2@gmail.com, paularibeiro82@gmail.com

RESUMO: A crise económico-financeira que atingiu a Europa, nos últimos anos, provocou uma mudança acelerada no tecido económico português. Portugal tem uma estrutura económica bipolarizada em duas macro regiões, a do Porto e a de Lisboa. Este projeto tem como objetivo avaliar os impactos da crise nestes dois contextos territoriais.

A crise económica despoletou várias consequências para a economia e para a sociedade, nomeadamente a diminuição do emprego, o aumento do desemprego, cortes nas regalias salariais e nos apoios sociais. Por outro lado, face a este contexto de crise houve alterações significativas no desempenho económico do país, com uma melhoria ao nível do aumento das exportações e da atratividade turística.

A pesquisa desenvolve-se a partir de um conjunto de indicadores de natureza económica, numa perspetiva territorial (nacional/concelhia) e segundo uma perspetiva evolutiva (2007 a 2014), de forma a construir as diferentes geografias da crise. Dá-se um especial destaque às duas regiões metropolitanas (do Porto e de Lisboa) dada a sua importância económica a nível nacional. A análise comparada entre 2007 e 2014 permite identificar as dinâmicas em curso, mas também reconhecer as texturas económicas de perda e de resiliência.

Palavras-chave: Crise económica, impactos; Porto, Lisboa.

1. ENQUADRAMENTO

Nos últimos anos, a Europa e os seus cidadãos foram severamente atingidos por uma crise, causada por uma combinação de fatores internacionais e nacionais (Othengrafen e Knieling, 2016). Não apenas uma crise financeira e socioeconómica, mas também uma crise estrutural e multidimensional (Castells et al., 2012). Encontramos frequentemente na literatura referências à crise europeia como uma extensão da crise mundial, à qual aliam-se as disparidades existentes entre os países da zona euro e os constantes erros na política interna no período pré-crise (Carballo-Cruz, 2011; Dellepiane Avellaneda e Hardiman, 2010; Eichen-green et al., 2014). Conjuntamente, as políticas decorrentes desta situação contribuíram, de igual forma, para o agravamento dos problemas, quer em termos de coesão e igualdade social e territorial, quer ao nível do desempenho empresarial e económico.

Face a uma situação de recessão, a resposta do poder governativo foi lenta, confusa e descoordenada. Com o sistema financeiro à beira do colapso, recorreu-se a dinheiro de impostos e de empréstimos dos mercados financeiros globais para salvar bancos e instituições financeiras. Outros recorreram ao investimento público em infraestruturas para estimular a economia e criar rapidamente postos de trabalho. Contudo, os governos cometeram o erro crasso de investir em infraestruturas menos produtivas (sobretudo sistemas de transportes e grandes obras públicas) ao invés de apostarem em projetos com impacto sobre a produtividade

1 Região Funcional de Lisboa (RFL) ou Região Metropolitana de Lisboa ou Macro região de Lisboa. No Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT) esta área é designada por Arco Metropolitano de Lisboa. Região Funcional do Porto (RFP) ou Região Metropolitana do Porto ou Macro região do Porto ou para alguns Noroeste. No PNPOT esta área é designada por Arco Metropolitano do Porto.

a longo prazo (como a educação, a investigação, a tecnologia, a energia, etc.) (Castells et al., 2012). O resultado foi o aumento da dívida pública e dos juros correspondentes e a subida em espiral do défice orçamental. Perante a necessidade de novos empréstimos para financiar as despesas crescentes, as instituições financeiras recuaram, e o poder governativo viu-se obrigado a cortar nos orçamentos e a implementar medidas de austeridade. Como principais consequências são reconhecidas as múltiplas repercussões nas sociedades (sobretudo do sul da Europa), que traduzem-se no declínio dos investimentos públicos, na quebra das atividades económicas, na reestruturação dos sistemas de serviços sociais e no enfraquecimento da capacidade de consumo da população provocando uma quebra nos níveis de satisfação e da qualidade de vida da população (Anderson et al., 2012; Bell e Blanchflower, 2011), o aumento da insatisfação com o emprego e uma redução no compromisso e na autorregulação (Markovits et al., 2014), assim como, o aumento do nível de risco social e, conseqüentemente, a diminuição da confiança dos cidadãos sobre as instituições políticas e financeiras. A crise económica aprofundou a crise de legitimidade política e, finalmente, ameaçou destabilizar a sociedade em geral. Há uma clara incapacidade de os governos atuarem em conjunto e as economias mais fortes exercem a sua magnitude económica e política ao conduzirem a Europa em direção a um sistema fiscal mais apertado, desencadeando a possibilidade de reduzir drasticamente a soberania nacional da maioria dos países europeus (Castells et al., 2012). Portugal não ficou imune a esta situação. A crise financeira e socioeconómica que teve origem nos EUA, rapidamente alastrou-se à Europa e atingiu o território português.

Contextualmente, Portugal é um país pequeno e economicamente frágil. A agitação financeira é uma consequência da história democrática recente e da falta de políticas integradas e direcionadas para o desenvolvimento e crescimento da economia. Nos anos 90, o país atinge um aumento da produtividade e do investimento do setor privado. O Serviço Nacional de Saúde era já uma referência internacional e havia um acesso generalizado ao sistema de ensino público. No início do novo milénio, o país detinha das mais baixas taxas de mortalidade de recém-nascidos e das menores taxas de desemprego entre os Estados-Membros da UE. Ao nível institucional e empresarial, registava-se um aumento dos níveis de escolaridade e uma difusão da inovação e das exportações. Contudo, à semelhança da política seguida pelos restantes governos internacionais, o forte investimento em infraestruturas públicas (como estádios, parques e rede rodoviária) teve um impacto pouco positivo na economia. A expansão económica até 2007 quase que estagnou e, em setembro do mesmo ano, o país começa a dar os primeiros sinais de recessão (Castells et al., 2012). A partir deste momento, desencadeiam-se graves consequências: a recessão económica e das atividades, o aumento do desemprego, os cortes salariais e dos apoios sociais, o aumento de impostos e o empobrecimento de várias camadas da população, sobretudo das mais vulneráveis, predominantemente localizadas nas áreas urbanas. A sociedade portuguesa viu-se afetada, diretamente, pelos impactos de uma crise que começou por ser financeira e imobiliária, mas que se difundiu ao conjunto do sistema económico, social e político (tal como em Espanha, Méndez, et al, 2015). Conjuntamente, a imposição de um regime de austeridade provocou um aprofundamento da recessão na economia e acentuou a injustiça na distribuição social dos seus impactos (Reis et al., 2013).

Perante este contexto, as cidades e as áreas urbanas confrontam-se atualmente com um conjunto de desafios sociais, económicos e territoriais, fruto da diminuição do emprego, da dinâmica económica, do aumento da pobreza, dos riscos sociais e das injustiças espaciais. Em consequência, aumentaram em complexidade as necessidades de resposta que estes territórios têm de organizar, aumentando drasticamente os recursos necessários, enquanto as receitas fiscais estão a ser diminuídas. As cidades são, assim, desafiadas a definir novas políticas dirigidas à prestação de serviços e às condições de vida, de forma a melhorar a qualidade de vida dos seus cidadãos. A estratégia de desenvolvimento para a próxima década (Walsh, 2012) tem como prioridade estratégica a identificação de mecanismos para enriquecer a qualidade de vida e reduzir as desigualdades sócio espaciais. Para isso, em vez de se concentrar unicamente no crescimento económico, as regiões têm de construir uma visão holística dos problemas, de acordo com esta nova realidade, inserida num contexto de transição e mudança, em que se desenham novos modelos sociais, económicos e territoriais. As cidades devem desenvolver a sua capacidade de resiliência, definir políticas estratégias de atuação em tempos de crise, reduzir a sua vulnerabilidade e combater as disparidades sócio espaciais a diferentes escalas (Castells et al., 2012; Murphy e Scott, 2014).

Os indicadores disponíveis para medir os impactos sociais e económicos da crise e da política de austeridade em termos territoriais são ainda diminutos e carecem de reflexão territorial a diferentes escalas. Mesmo assim, fazem um retrato relativamente esclarecedor do país, antes da crise e na atualidade. As múltiplas dimensões da crise e da austeridade permitem abordar as consequências da crise a partir de múltiplas perspetivas (Méndez et al., 2015). Assim, este artigo considera um conjunto de indicadores a nível nacional

(e para as duas principais regiões funcionais - Região Funcional de Lisboa e Região Funcional do Porto) que permitem fazer um retrato do impacto da crise, quantificando e comparando os indicadores (2007 com 2014).

O desafio que se coloca a esta investigação é o seguinte. O modelo territorial de Portugal assenta em duas grandes regiões funcionais, a Região Funcional de Lisboa e a Região Funcional do Porto. O peso das duas macro regiões no país é evidente. Ocupam 36% da superfície, mas concentravam, em 2011, 74% da população residente, 74% dos jovens (dos 15 aos 24 anos), 75% da população empregada e 76% do desemprego, 78% da população com o ensino superior, 88% do Valor Acrescentado Bruto (VAB) e 90% do volume de exportações. Será que este modelo de elevada concentração, num período de crise económica, mostra resistência face à crise económica que afetou nos últimos anos o país? E havendo, duas Regiões Metropolitanas com perfis de atividades muito diferentes, a sua resiliência face à crise económica foi distinta?

Tabela 1. Síntese estatística relativa às duas principais Regiões Funcionais de Portugal - a Região Funcional de Lisboa e a Região Funcional do Porto.

Âmbito Geográfico	População Residente	População Jovem (15-24 anos)	População Desempregada	População Empregada	População com Ensino Superior	VAB	Exportações
	2011	2011	2011	2011	2011	2012	2012
Macro região do Porto ¹	34,7%	37,1%	38,7%	35,0%	30,7%	30,0%	44,8%
Macro região de Lisboa ¹	39,7%	37,3%	37,4%	40,4%	47,2%	57,9%	45,2%
Total (Peso no País)	74,4%	74,4%	76,1%	75,4%	77,9%	87,9%	90,0%

Fonte: Elaboração própria. Dados Pordata, INE (2016).

2. RESISTÊNCIA DA BASE ECONÓMICA FACE À CRISE

2.1. Emprego e desemprego

A concentração do emprego público e privado, nomeadamente com níveis de escolaridade superior na Macro região de Lisboa e especialmente no centro da metrópole (Lisboa), evidencia a forte concentração geográfica de oportunidades. O modelo de governação português teve fortes implicações em matéria de concentração de serviços públicos e privados em Lisboa.

Em 2011, a Macro região de Lisboa concentrava 42,5% do emprego do continente (INE) enquanto o Noroeste 36,8% (juntas, 79,3%). Entre 2001 e 2011, os processos de reestruturação e realocação determinaram uma perda de emprego muito acentuada no centro das metrópoles. Lisboa perde -8,7%, enquanto a AML e a RML perdem menos (-4,8% e -4,6%, respetivamente). Assim, os processos residenciais de desurbanização dos centros das metrópoles são acompanhados pela saída de atividades e, implicitamente, de emprego. Nos últimos anos os centros de Lisboa e do Porto têm vindo a ganhar atividades e emprego. Enquanto as macro regiões perdem peso a nível nacional (2011/2013), Lisboa ganha importância. O Noroeste perde muito mais que a Região de Lisboa. O modelo de localização das empresas privadas e respetivas pessoas ao serviço (figura 1) confirmam a forte polarização em torno das duas macro regiões. A localização do emprego público é intensamente polarizada em torno de Lisboa. O modelo de localização dos mais qualificados (pessoal ao serviço com o ensino superior completo) também é muito seletivo. Nos últimos anos, de 2011 para 2013 registou-se uma quebra das pessoas ao serviço com o ensino superior, sobretudo na região de Lisboa.

A evolução da economia pode ter efeitos danosos, sendo o desemprego uma das demonstrações mais negativas, fruto da evolução de diferentes ramos de atividade e tendo impactos fortes nos grupos sociais mais desfavorecidos. O desemprego disparou em Portugal depois de 2009, atingindo o valor mais elevado em 2013, e diminuindo a partir daí. A crise afetou os mais escolarizados e os menos, mas os que possuem níveis de escolaridade inferiores foram os mais atingidos (taxas de desemprego superiores). No país, a região norte mostra dinâmicas mais altas de evolução das taxas de desemprego nos menos escolarizados (2007/2014) (figura 2).

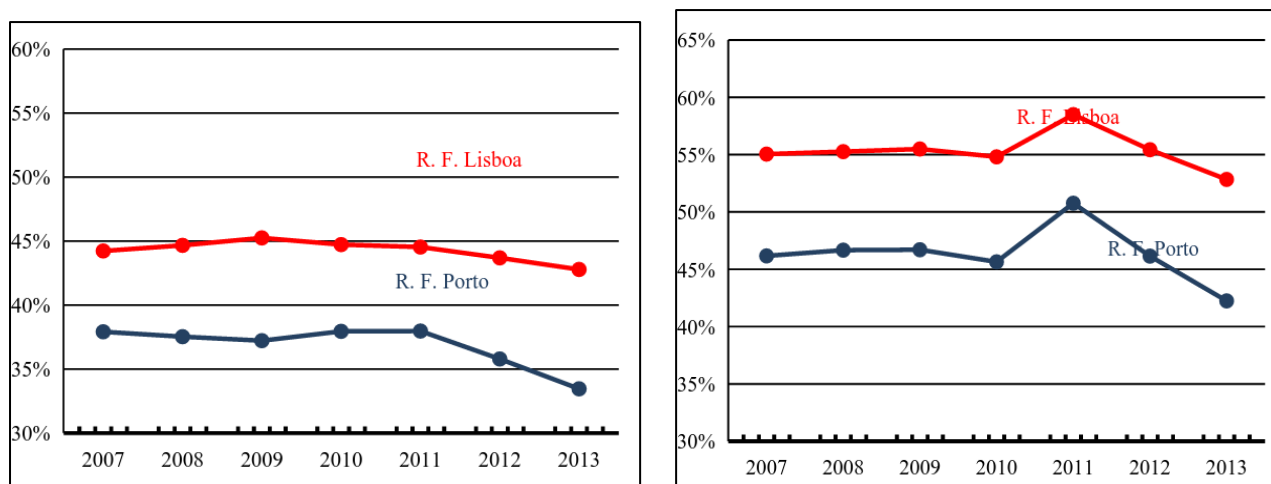


Figura 1. Evolução do peso do total de pessoas ao serviço (esquerda) e do total de pessoas ao serviço com ensino superior (direita) na Região Funcional de Lisboa e na Região Funcional do Porto (2007-2013).

Fonte: MTSS (2007-2013)

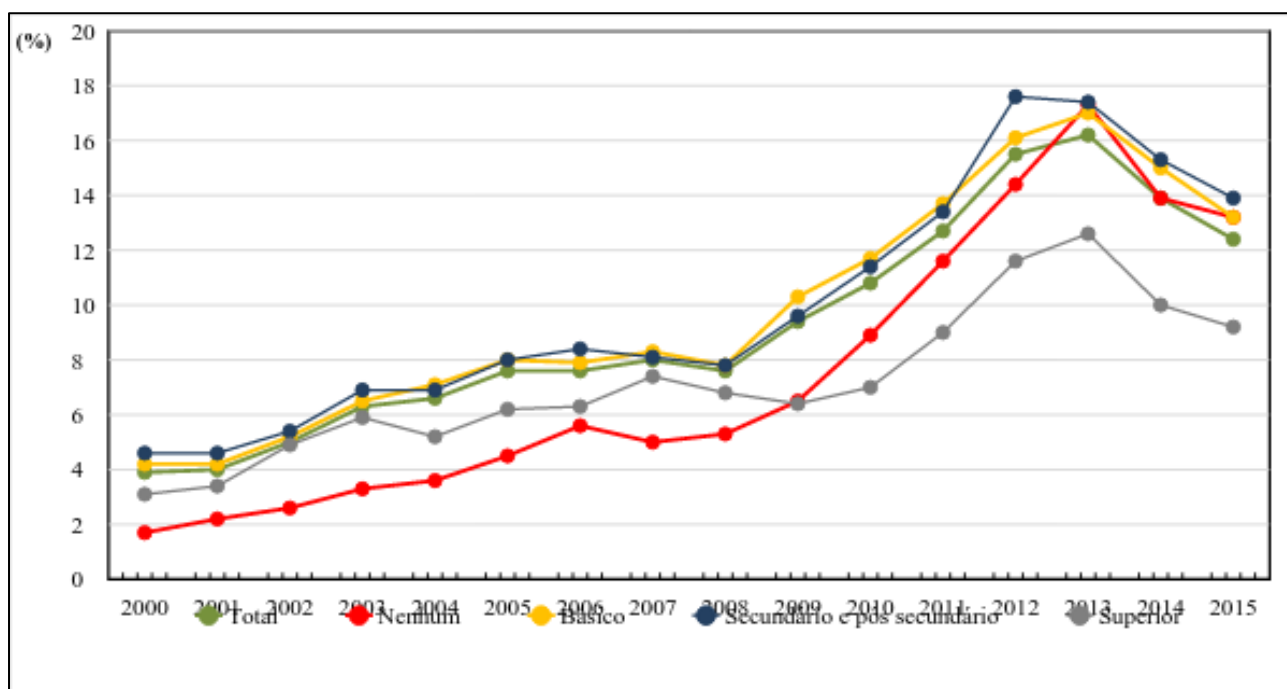


Figura 2. Evolução da taxa de desemprego: total e por nível de escolaridade completo (%), 2000 a 2015.

Fonte: Elaboração própria. Dados Pordata; INE - Inquérito ao Emprego.

Este fenómeno tem implicações territoriais implicando desigualdades, sobretudo nas regiões com uma estrutura produtiva pouco flexível e menos competitivas. Assim, a análise do desemprego permite constatar transformações no mercado de trabalho, com implicações nas disparidades sociais e regionais. No continente, o modelo de localização do desemprego privilegia as duas macro regiões (figura 3). É nas grandes metrópoles que se localizam as oportunidades (mais emprego e mais qualificado), mas também é aqui se concentram as desigualdades, o maior número de excluídos do mercado de trabalho. A Macro região de Lisboa concentra 43,9% dos desempregados do Continente e o Noroeste 35,5% (2014). As perdas de pessoal ao serviço nas empresas sentiram-se sobretudo nas metrópoles. No contexto nacional, só o concelho de Felgueiras com uma estrutura produtiva especializada no calçado, consegue resistir à vaga de desemprego que tanto afetou o país. As taxas de desemprego (2007/2014), por concelhos, mostram uma Macro região do Porto mais perdedora que a região de Lisboa. As taxas intensificam-se em todo o norte do país, praticamente em todos os concelhos, e sobretudo no interior (figura 4).

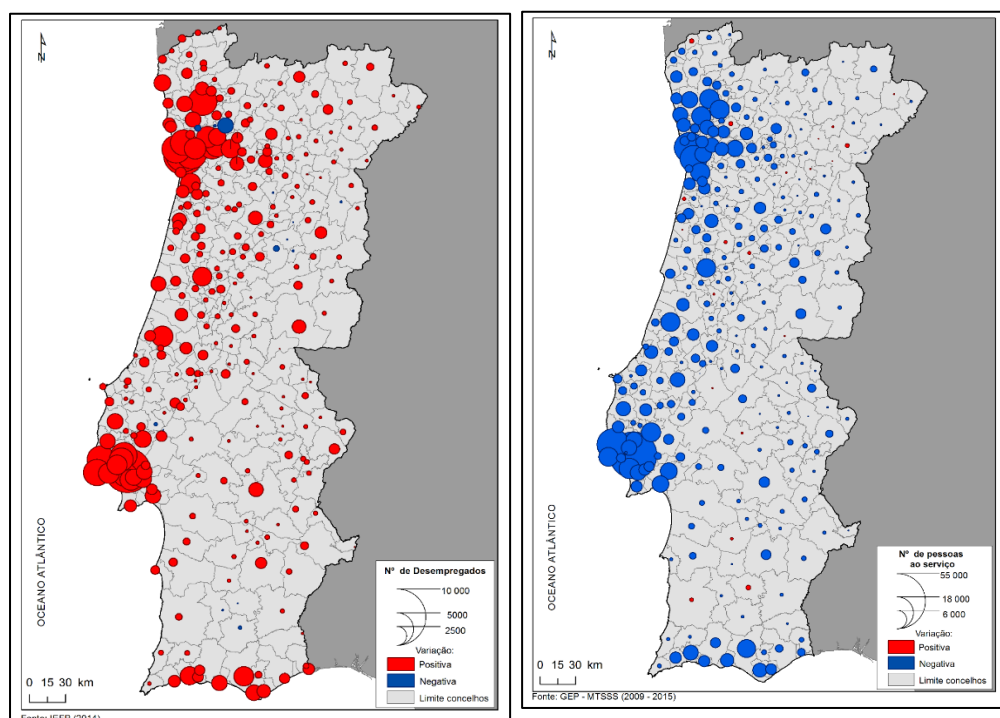


Figura 3. Variação absoluta do número de desempregados inscritos no IEFP, por concelho, 2007-2014 (esquerda) e variação absoluta do pessoal ao serviço nos estabelecimentos por concelho, 2007-2013. Fonte: *Elaboração própria. Dados IEFP (2014); GEP – MTSSS (2009, 2015).*

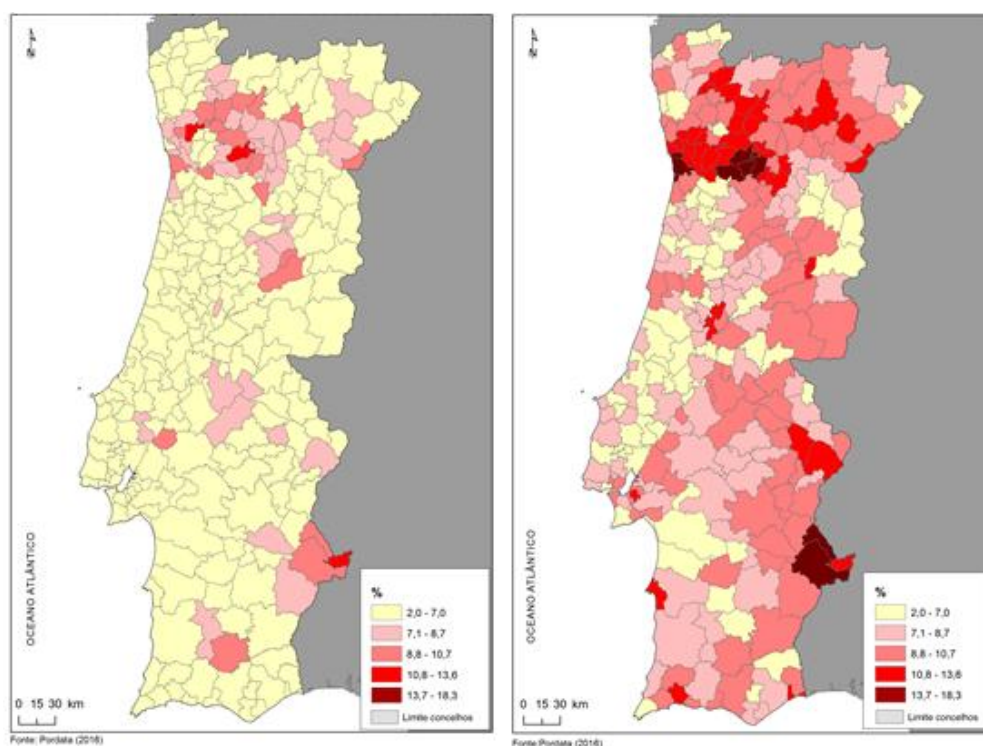


Figura 4. Taxa de desemprego (desempregados inscritos no IEFP), por concelho, 2007-2014. Fonte: *Elaboração própria. Dados Pordata (2014).*

2.2. Estrutura das atividades económicas

Portugal evidencia uma fraca presença ou mesmo ausência da maioria das atividades intensivas em conhecimento e em capital e escala. Tem como traços dominantes (Félix, 2015):

- uma forte especialização nas indústrias intensivas em trabalho (vestuário, calçado, têxteis, mobiliário);
- uma forte especialização em crescimento nos serviços às empresas, classificados normalmente como atividades intensivas em conhecimento;
- uma forte dependência de atividades relacionadas com a “terra” (indústrias florestais, construção, turismo e nas áreas industriais dos materiais de construção e pedreiras).

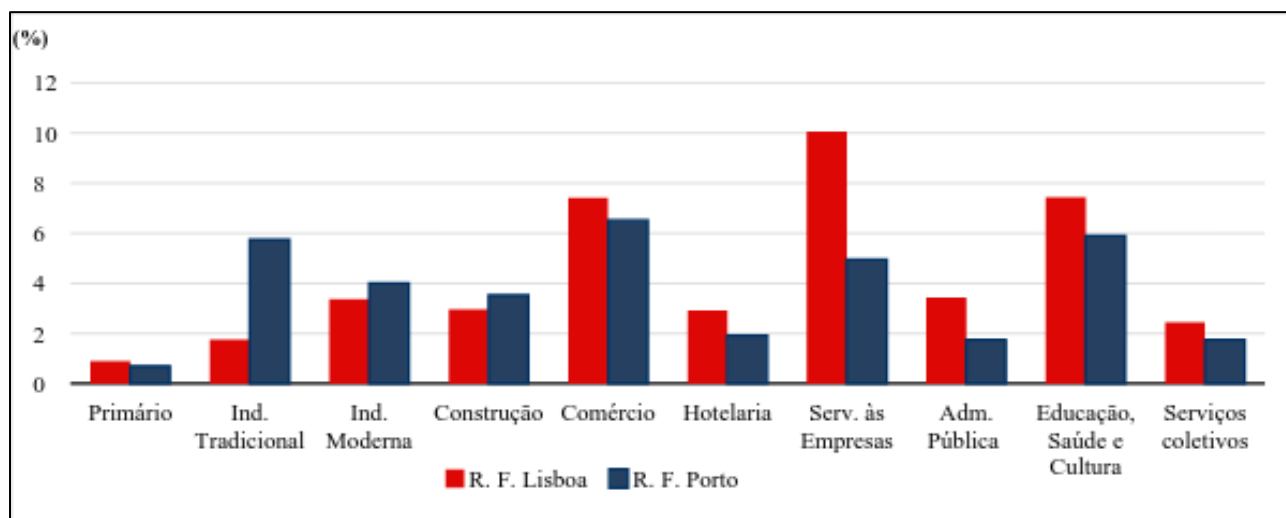


Figura 5. Peso da população empregada por ramos de atividade, no total do Continente, 2011.
 Fonte: Elaboração própria. Dados INE (2014).

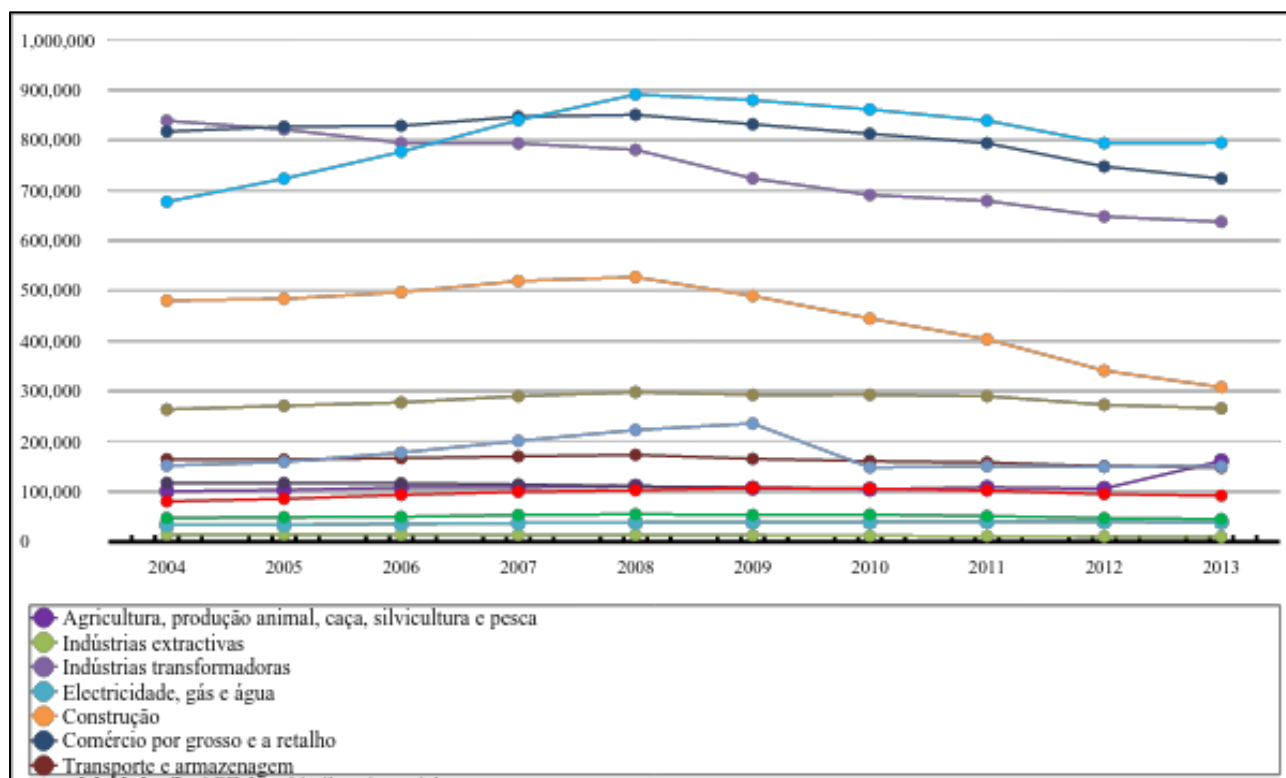


Figura 6. Pessoal ao serviço nas empresas, por atividade económica, 2004-2013.
 Fonte: Elaboração própria. Dados Pordata (2014).

Em termos de modelos de localização, as duas macro regiões são muito diferenciadas. A Região Funcional de Lisboa é mais concentrada, densa e mais qualificada na coroa central. Os processos de terciarização e localização das grandes empresas foram muito ativos nas últimas décadas. É um modelo polarizado por um centro mais qualificado e mais terciarizado, e uma periferia com baixa densidade de atividades, emprego e ativos qualificados. A localização do emprego mais qualificado e do emprego público é intensamente concentrado territorialmente. A Região Funcional do Porto é menos densa e mais polinucleado e descontínua, apresentando uma grande heterogeneidade de atividades e níveis de qualificação, mas empregando em termos relativos ativos menos escolarizados do que a de Lisboa.

Observando o sector secundário, a Macro região do Porto concentra 51% do total do continente e a Macro região de Lisboa 32,1%. (em conjunto 83,1%). No sector terciário, a região de Lisboa emprega 47% do total do continente e a Macro região do Porto 31,9% (total, 78,9%).

Uma análise por ramos de atividade² faz emergir diferenciações importantes entre as duas regiões. Embora tenha havido um declínio acentuado do emprego nas indústrias tradicionais, o Noroeste continua a ter um perfil industrial acentuado (17% do total de população empregado do continente), nos sectores tradicionais (têxtil, vestuário, calçado, alimentar, madeira e cortiça, pasta e papel) e modernos (perolífera, química, borracha e plásticos, minerais não metálicos, metalúrgicas, máquinas e equipamentos, elétrica e ótica, material de transporte e outras indústrias). A Macro região de Lisboa é claramente terciária, com um forte domínio dos serviços às empresas (10,1% do total de população empregado do continente) diferenciando-se destacadamente do Noroeste (só 5%). Os serviços de educação, saúde e cultura e o comércio têm um perfil relativamente semelhante nas duas áreas.

Genericamente, a Macro região de Lisboa (figura 7) evidencia-se pelos serviços (às empresas, de educação, saúde e cultura, e administração pública), enquanto a do Porto pelas indústrias “tradicionais”. A R. F. de Lisboa tem a maior concentração de serviços do país, com um perfil muito diversificado, orientado maioritariamente para o mercado interno, e organizando-se em múltiplos *clusters*. Estão aqui localizadas as grandes empresas dos sectores de infraestruturas (atividades ditas “não transacionáveis”) com significativo investimento no exterior. Um sector turístico e de exportação de serviços de aviação civil em franco crescimento. Em termos industriais emerge um tecido diversificado, com agro indústrias, materiais de construção, automóvel, reparação naval e aeronáutica, e ainda petroquímica, papel. O sector de construção e obras públicas, engenharia e arquitetura está em processo de internacionalização acelerada.

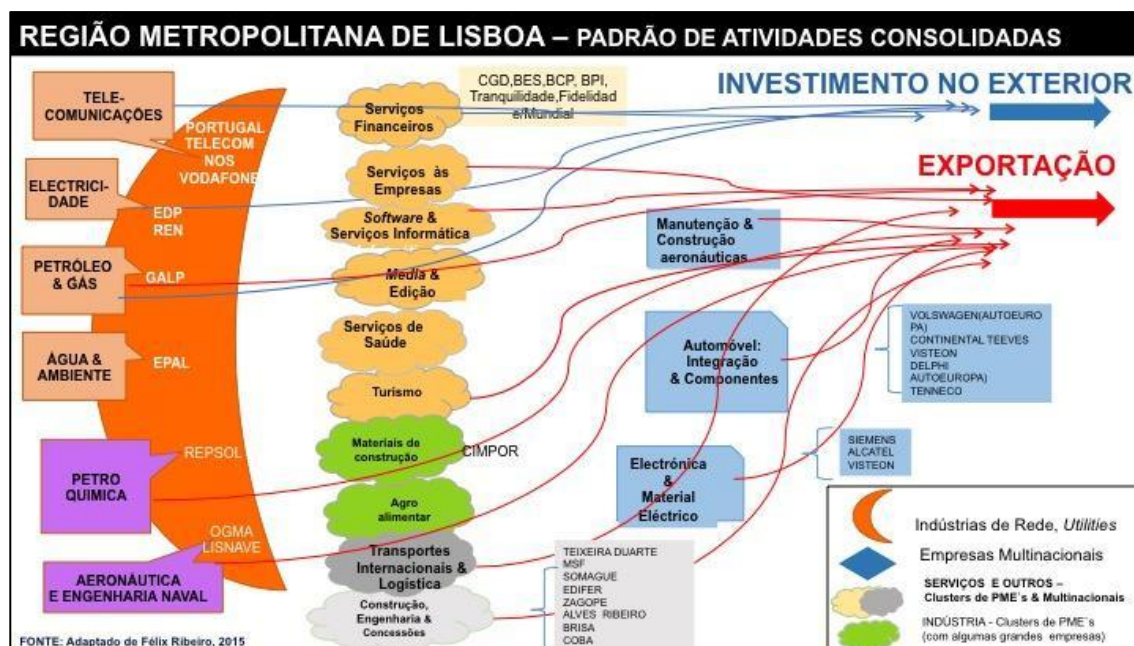


Figura 7. Atividades económicas consolidadas da Macro região de Lisboa.

Fonte: Adaptado de Félix Ribeiro, 2015.

² Classificação aplicada a partir da publicação *Noroeste Global*, página 77.

A Macro região do Porto (figura 8) mostra uma tendência exportadora de base industrial, diversificada, combinando *clusters*, com grandes empresas sectoriais e filiais de multinacionais. Possui uma oferta de serviços às pessoas em crescimento, mas uma fraca base de serviços às empresas (que têm vindo a concentrar-se sobretudo na AM Lisboa). Além disso, tem um sector de construção e obras públicas expressivo em termos nacionais. Evidenciam-se altos níveis de especialização nomeadamente na têxtil e vestuário, calçado e couro, madeira e papel, cortiça, agroalimentar e bebidas, cerâmicas, plásticos e moldes, e mecânica ligeira. Têm igualmente expressão exportadora na indústria mecânica e máquinas e nos *clusters* consolidados, material elétrico, componentes p/automóvel, eletrónica para automóvel, petroquímica e química industrial, siderurgia (para materiais de construção). Assim, a estrutura das atividades, evidencia duas metrópoles com uma estrutura de atividades e de inserção nos mercados internacionais, mais complementar do que concorrencial. Com a crise, as perdas de emprego no sector da indústria transformadora afetaram sobretudo a Região do Porto.



Figura 8. Atividades económicas consolidadas da Macro região do Porto.

Fonte: Adaptado de Félix Ribeiro, 2015.

2.3. Desempenho económico

A caracterização económica de um país ou de uma região deve ser refletida com base na análise de um conjunto de indicadores chaves, entre os quais se destaca o produto interno bruto (PIB), os níveis de exportação e a capacidade de atração turística. Com a entrada de Portugal na União Europeia em 1986 e, mais tarde, na zona Euro, a economia nacional abriu-se definitivamente ao mercado exterior. Este processo de internacionalização intensificou-se particularmente nos últimos anos. A internacionalização passa pela conjugação de três variáveis – investimento, fixação de multinacionais no território e, sobretudo, comércio exterior (importações e exportações). O equilíbrio da balança comercial é um indicador de uma economia saudável, pelo que a análise da relação entre exportações e importações é essencial para compreender a evolução económica, detetando territórios e setores com capacidade exportadora e competitivos.

Aqui interessa fazer uma leitura do desempenho económico a nível nacional e procurar detetar as tendências e as diferenças a nível territorial. As duas macro regiões destacam-se pelo valor de exportações, a atratividade turística, a capacidade de atração de investimentos externos e o índice de abertura ao exterior, evidenciando o processo de integração internacional da base económica.

Em primeiro lugar, as exportações nos últimos anos têm vindo a evoluir de forma muito positiva (salvo 2009, que se registou uma quebra), no que se refere à exportação de bens, mas também de serviços. Isto significa que a crise económica que atravessou o país não afetou o volume de exportações portuguesas e as tendências positivas que se vinham a sentir mantiveram o seu dinamismo. Entre 2007 e 2014, na exportação de serviços passou-se de cerca de 10 mil milhões para 23 mil milhões de euros, e na exportação de bens de 38 mil milhões para 47 mil milhões de euros.

Em termos proporcionais, as duas macro regiões têm em 2014 um peso muito semelhante a nível do Continente (45% cada uma). As exportações aumentaram, entre 2007 e 2014, sobretudo na Macro região de Lisboa (aumento de 42%), tanto de bens como de serviços. A Macro região do Porto parte em 2007 com um volume de exportações mais favorável, mas entre 2007 e 2014 os valores descem para valores semelhantes à Macro região de Lisboa. Em 2014, ambas apresentam cerca de 45% das exportações portuguesas (cada, 20 mil milhões de euros). Em termos de ramos de atividades, domina claramente a indústria transformadora (com cerca de 30 mil milhões de euros), seguida do comércio por grosso e pelos serviços às empresas.

Em 2014, as duas macro regiões representavam 90% das exportações do Continente (cerca de 45% cada uma). As taxas de cobertura (exportações/importações x 100) são claramente positivas (na Região de Lisboa e na do Porto, respetivamente, 175% e 142%). Em termos de especialização nas exportações, ambas macro regiões têm um perfil dominantemente industrial, no entanto, na Macro região de Lisboa o comércio por grosso tem também expressão enquanto a Macro região do Porto é intensamente especializada nas exportações industriais. As exportações nos serviços às empresas e nos serviços coletivos mostram uma tendência para aumentar, nas duas macro regiões.

Tabela 2. Exportações e importações no Continente e nas Regiões Metropolitanas, 2007-2014.

Âmbito Geográfico	Variação das exportações 2007-2014	Exportações: Peso no Continente 2014	Taxa de cobertura: exportações/importações 2007	Taxa de cobertura: exportações/importações 2014
Continente	30%	100%	65%	84%
Macro região do Porto	23%	45,2%	112%	142%
Macro região de Lisboa	42%	44,7%	118%	175%

Fonte: INE (2014).

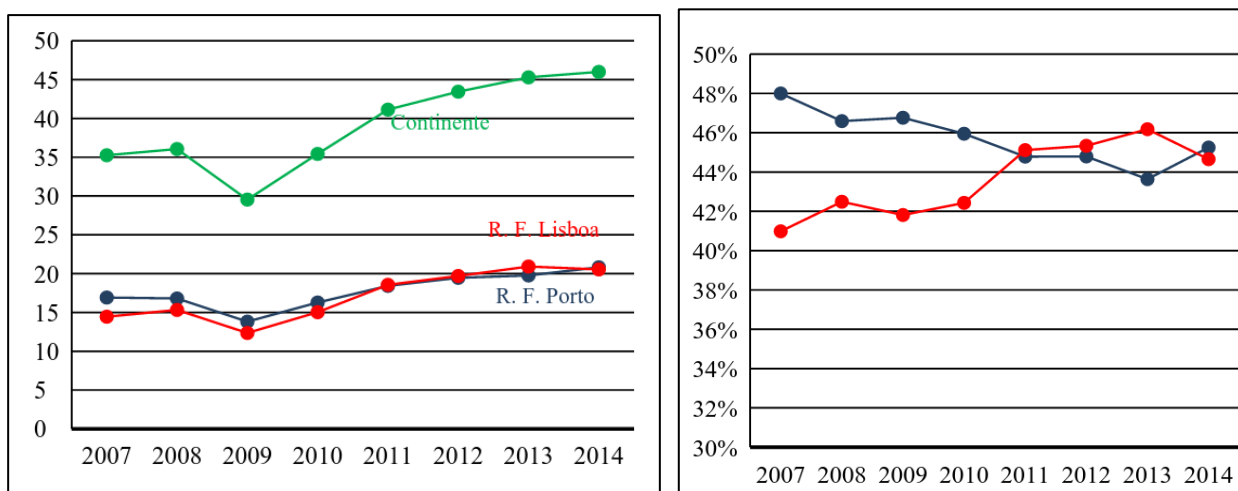


Figura 9. Evolução das exportações, 2007 a 2014 (bilhões de euros) (esquerda) e peso das exportações (% no total do país), 2007 a 2014 (milhões de euros) (direita)

Fonte: INE (2014).

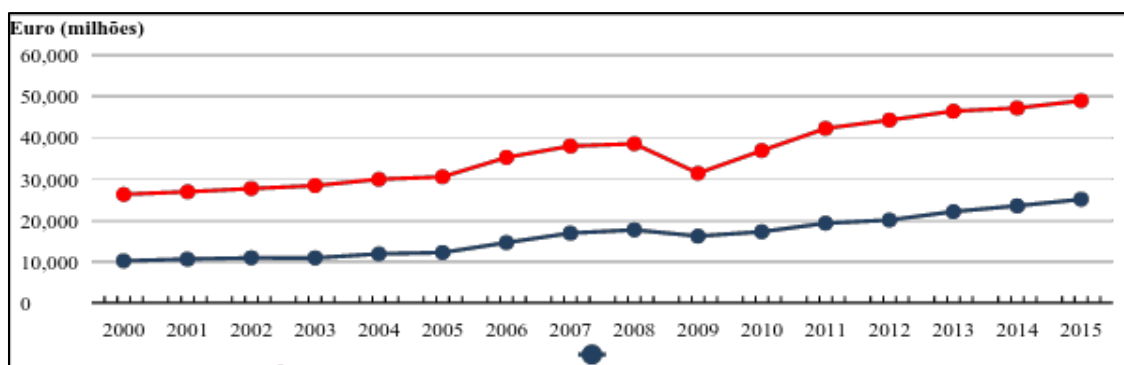


Figura 10. Evolução das exportações de bens e serviços, 2000 a 2015 (milhões de euros).

Fonte: Elaboração própria. Dados Pordata, Eurostat | BCE | Entidades Nacionais.

A evolução do turismo é muito marcada inicialmente com o impacto da crise. O número de dormidas de estrangeiros em estabelecimentos hoteleiros vinha a diminuir entre 2000 a 2004, mas entre 2004 e 2007 o ritmo de crescimento era claramente ascendente. Regista uma quebra abrupta com o impacto da crise entre 2008 e 2010, e a partir daí inicia um processo de crescimento claramente elevado. A atratividade turística (dormidas de estrangeiros em estabelecimentos hoteleiros turísticos) privilegia um território muito restrito, evidenciando-se Lisboa, Cascais, Porto, Ourém (Fátima) e vários concelhos do Algarve.

Assim, com a crise, intensificaram-se as complementaridades. A Macro região de Lisboa, com um perfil mais especializado no turismo aumentou, mas a um ritmo mais moderado. Aumenta, entre 2007 e 2014, 51% do número de dormidas de estrangeiros nos estabelecimentos hoteleiros. A Macro região do Porto aumenta 83%. O Porto com uma base económica virada para as exportações, diversificou a sua inserção internacional aumentando a sua atratividade turística.

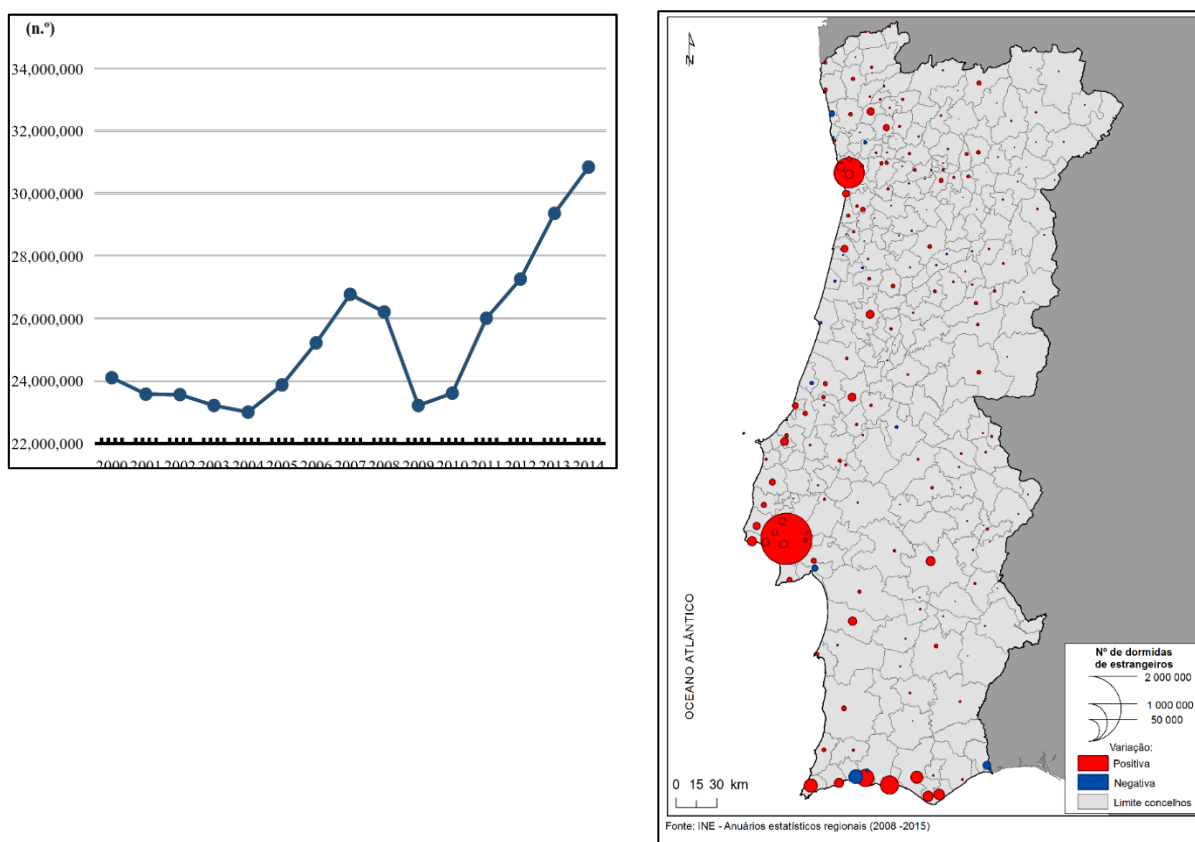


Figura 11. Dormidas nos estabelecimentos hoteleiros por estrangeiros, 2000-2014, (esquerda) e variação absoluta das dormidas de estrangeiros 2007-2014.

Fonte: Elaboração própria. Dados Pordata; INE - Inquérito à Permanência de Hóspedes na Hotelaria e outros Alojamentos.

O valor acrescentado bruto (riqueza gerada na produção, descontando o valor dos bens e serviços consumidos para a obter, tais como as matérias-primas, tem uma geografia muito particular (Pordata, 2012). Destacam-se as duas macro regiões, onde emergem claramente os concelhos de Lisboa, Oeiras e Porto. A grande maioria dos concelhos não têm expressão neste indicador demonstrando que o território da competitividade é muito limitado. A leitura dos tratamentos estatísticos produzidos, realça a força das duas macro regiões, evidenciando claramente a de Lisboa. A crise teve mais impacto em Lisboa do que no Porto. No PIB/habitante (Contas Económicas Regionais, 2013), a AML destaca-se das demais áreas geográficas, com o Alentejo litoral em 2º lugar e a Região de Leiria em 3º, só depois surge o Grande Porto e o Baixo Vouga.

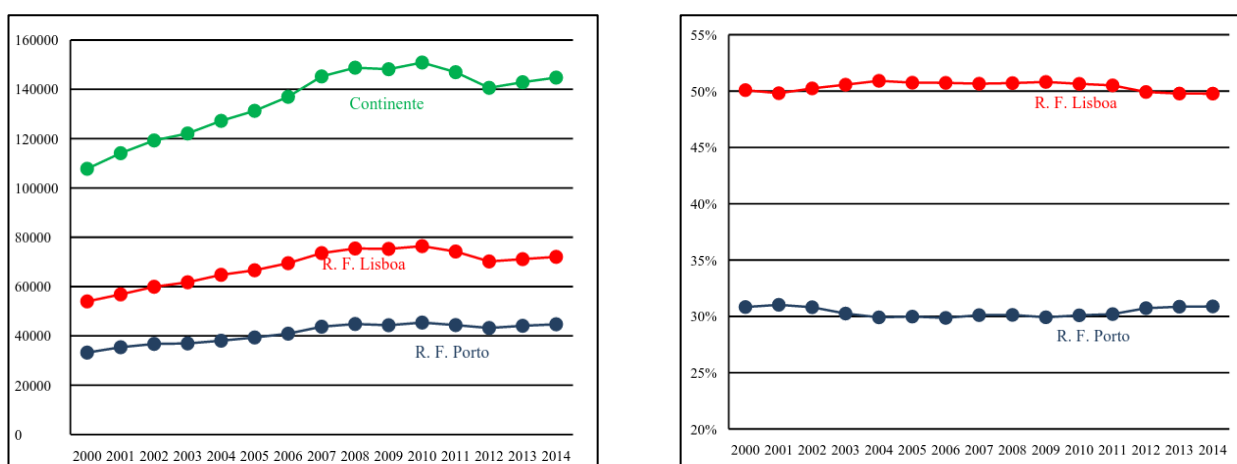


Figura 12. Evolução do VAB (Euros – milhões), 2007-2014 (esquerda) e evolução do peso do VAB das regiões no Continente (%), 2007-2014 (direita).

Fonte: *Elaboração própria. Dados INE - Contas Económicas Regionais.*

3. CONCLUSÃO

O peso da base económicas das duas macro regiões, do Porto e de Lisboa, é uma evidência, no número de empresas, no peso do emprego, no PIB e no VAB, no valor das exportações e na capacidade turística.

Em termos de impacto da crise económica, o emprego diminuiu drasticamente, o desemprego aumentou (e já recentemente tem vindo a diminuir), o VAB diminuiu, mas as exportações e a atratividade turística aumentaram. Em termos de salários, o salário médio real/hora tinha vindo a evoluir positivamente até à crise, mas a partir de 2009 diminuiu drasticamente. As desigualdades sociais têm vindo a aumentar, fruto da queda do emprego e do desemprego. Em contrapartida, a taxa de variação da produtividade do trabalho tem vindo a aumentar, e a crise não travou esse processo. A base económica portuguesa reestruturou-se, mostrou capacidade de adaptação, mas sobretudo à custa do valor do trabalho e de uma maior precariedade do emprego. Em termos empresariais reforçou-se a internacionalização, aumentando os níveis de exportação e de atratividade turística.

Em termos territoriais, os impactos absolutos da crise sentiram-se sobretudo nas duas macro regiões. As perdas absolutas de emprego e o reforço do volume de desemprego teve fortes impactes nestas macro regiões. No entanto, analisando os indicadores em termos relativos, os impactos foram mais fortes na Macro região do Porto do que na de Lisboa, e mais no interior do país do que no litoral.

4. BIBLIOGRAFÍA

- Aalbers, M.B. (2009). Geographies of the financial crisis. *Area*, 41 (1), 34-42.
- Beck, U. (2000). A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In: Beck, U.; Giddens, A.; Lasch, S. *Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. Oeiras: Celta Editora, 1-51
- Bell, D. N. F.; Blanchflower, D. G. (2011). The crisis, policy reactions and attitudes to globalization and jobs. IZA Discussion Paper, Available at SSRN.
- Cairns, D.; Growiec, K., Almeida, N. A. (2014). Another 'Missing Middle'? The marginalized majority of tertiary-educated youth in Portugal during the economic crisis. *Journal of Youth Studies*, 17, 1046-1060.
- Carballo-Cruz, F. (2011). Causes and consequences of the Spanish economic crisis: Why the recovery is taken so long? *Panoeconomicus*, 58, 309-328.
- Carmo, R. et al (2012). *Inequalities in Portugal: Recent and Structural Trends*. CES, Observatório das Desigualdades.
- Carmo, R.; Matias, A.R. (2014). *Income inequality in Portugal and in Europe: the impact of austerity?* Coimbra: CES, Observatório das Desigualdades.
- Castells, M., Caraça, J., & Cardoso, G. (2012). *Aftermath: The Cultures of the Economic Crisis*. United Kingdom: Oxford University Press.
- Cunha, L.C. (2012). *O Impacto da Crise no Bem-estar dos Portugueses*. SEDES.
- Dellepiane Avellaneda, S.; Hardiman, N. (2010). The European context of Ireland's economic crisis. *Economic & Social Review*, 41, 473-500.
- Eichengreen, B.; Jung, N.; Moch, S.; Mody, A. (2014). The Eurozone Crisis: Phoenix Miracle or Lost Decade? *Journal of Macroeconomics*, 39, Part B, 288-308.
- European Commission (2015). *Eurobarómetro*, 83, Spring.
- Ferrão, J. (2014). *A Inovação no Desenvolvimento Territorial Sustentável*. Conferências de Aljustrel: Cidadania, Inovação & Território, Aljustrel, 4 e 5 de abril.
- Frazer, H.; Marlier, E. (2011). Social impact of the crisis and developments in the light of fiscal consolidation measures. *Social Inclusion Policy and Practice CEPS/INSTEAD*. European Commission DG Employment, Social Affairs and Inclusion.
- Frazer, H.; Marlier, E. (2012). Current situation in relation to child poverty and child well-being: EU policy context, key challenges ahead and ways forward. *Network of Independent Experts on Social Inclusion*. Brussels: European Commission.
- Glewwe, P.; Hall, G. (1998). "Are some groups more vulnerable to macroeconomic shocks than others? Hypothesis tests based on panel data from Peru", *Journal of Development Economics*, vol.56, 181-206.
- Healy, K., Hillman, W. (2008). Young families migrating to non-metropolitan areas: Are they at increased risk of social exclusion? *Australian Journal of Social Issues*, 43, 479-497.
- Knieling, J.; Othengrafen, F. (ed.) (2016). *Cities in Crisis*. Abingdon: Routledge, 334 p.
- Markovits, Y.; Boer, D.; Van Dick, R. (2014). Economic crisis and the employee: The effects of economic crisis on employee job satisfaction, commitment, and self-regulation. *European Management Journal*, 32, 413-422.
- Méndez, R. et al (2015). *Atlas de la Crisis*. Valencia, Tirant Humanidades, 301 p.
- Murray, R. (2009). *Danger and opportunity: crises and new social economy*. Nesta, Young Foundation, 62 p.
- Pedroso, P. (2014). *Portugal and the Global Crise The impact of austerity on the economy, the social model and the performance of the state*. Berlin: Friedrich-Ebert-Stiftung, Western Europe/North America.
- Pereira, C.; Catarina; Honório, H.; Godinho, R. (2014). *Referencial de Coesão Social*. Lisboa, Instituto de Segurança Social, I.P., 161 p.
- Ribeiro, Félix (2015), Portugal, a Globalização e as duas Macro regiões. Conferência na UP-Faculdade de Letras, Porto, 3 de junho.
- Sen, A. (2003). *O Desenvolvimento como Liberdade*. Lisboa, Gradiva.
- Valadas, C. (2013). Mudanças nas políticas: do (des)emprego à empregabilidade. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, 102, 89-110.